

MUSEU JULIO DE CASTILHOS

HISTÓRIAS E PERSPECTIVAS

ZITA ROSANE POSSAMAI
ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA
(ORGANIZADORAS)

Copyright © Dos Autores, 2023.

1º edição - 2023

REVISÃO E PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS: Mauro Meirelles

NORMATIZAÇÃO: Mauro Meirelles

EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: Mauro Meirelles

CAPA: Luciana Hoppe

TIRAGEM: 500 exemplares para distribuição on-line.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

M986 Museu Julio de Castilhos: histórias e perspectivas / Zita Rosane Possamai, Ana Celina Figueira da Silva, organizadoras; prefácio de Maria Margaret Lopes. – 1.ed. – Porto Alegre: CirKula, 2023.

653 p.: il. – (Coleção Artes da Memória)

ISBN: 978-85-7150-060-0

1. Museu Júlio de Castilhos. 2. Museu Júlio de Castilhos – História. 3. Museu. 4. Museologia. 5. Memória. I. Possamai, Zita Rosane. II. Silva, Ana Celina Figueira da Silva. III. Lopes, Maria Margaret. IV Série.

CDU: 069.1(816.5)

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

DOI: 10.29327/5385334

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Editora CirKula

Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim

Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190

e-mail: editora@circula.com.br

Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 / This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Este livro foi submetido a revisão por pares, conforme exige as regras do Qualis Livros da CAPES.

**COLEÇÃO
ARTES DA MEMÓRIA**

PROAP
Programa de Apoio à
Pós-Graduação



MUSEU

JULIO DE CASTILHOS

HISTÓRIAS E PERSPECTIVAS

ZITA ROSANE POSSAMAI
ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA
(ORGANIZADORAS)


cirkula
2023

2

AS REVISTAS DO MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS E A EXPOSIÇÃO MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE REPRESENTAÇÕES DESCOLONIZADAS

*Roberta Madeira de Mello
Zita Rosane Possamai*

Introdução¹

Em 2019, excertos da *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, publicadas na década de 1950, compuseram, com objetos indígenas da coleção etnológica e fotografias de povos² Mbya-Guarani, a exposição *Memória e Resistência*, realizada no Museu Júlio de Castilhos³. Essa mostra foi concebida e organizada a partir do diálogo entre as lideranças Mbya-Guarani e Kaingang, estudantes do Curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Equipe da Instituição. À vista disso, entende-se que a análise dessa exposição, bem como das representações presentes nas revistas, pode contribuir para a reflexão da instituição enquanto um museu em transição (CURY, 2017), que procura

1 Originalmente publicado em *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 10, n. 19, 2021.

2 A utilização dos termos “povos” e “nações” segue a determinação adotada na Convenção nº 169, pois os povos originários “são segmentos nacionais com identidade e organização próprias, cosmovisões específicas e relação especial com a terra que habitam” (CONVENÇÃO Nº 169, 2011, p. 8).

3 Localizado na cidade de Porto Alegre, o Museu Júlio de Castilhos, criado em 1903, foi o primeiro museu fundado no Rio Grande do Sul. Conforme o sistema de organização digital de suas coleções, possui um acervo de cerca de 11 mil itens, dentre os quais 2.202 objetos pertencem à coleção etnológica.

olhar criticamente para seu passado calcado em saberes colonialistas e busca repensar sua museografia através de ações descolonizadoras.

Ao analisar as representações sobre os povos indígenas divulgadas nos periódicos do Museu é imperativo entender o contexto histórico de sua produção, bem como as práticas e epistemologias que orientavam a instituição, naquele momento. Nesse sentido, ressalta-se que a *Revista do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, foi publicada entre os anos de 1952 e 1958⁴ (CACHAFEIRO, 2018), durante a administração do jornalista, advogado, educador e historiador, Dante de Laytano⁵. Neste período, o diretor procurou aproximar da instituição estudos vinculados à história, ao folclore e ao regionalismo. Essa postura não ocorrera por acaso, conforme Nedel (1999, p. 190):

[...] o período em que ocorreu a redefinição tipológica do Museu e o seu direcionamento para o folclore e a história regionais equivaleram a uma espécie de 'boom da identidade regional' no estado, que ainda hoje se desdobra em uma indústria cultural rentável e convincente. Naquele momento o gauchismo tornou-se um imperativo cultural muito mais abrangente do que fora até então, adquirindo uma força política respeitável na medida em que se espalhavam pelo estado os Centros de Tradição Gaúcha.

Além dessa atmosfera favorável à exaltação das tradições gaúchas, naquele momento, o Governo Estadual in-

4 O museu publicou entre 1927 e 1930 a denominada **Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul**, durante a administração de Alcides Maya e Eduardo Duarte (1925-1930) (CACHAFEIRO, 2018; SILVA e POSSAMAI, 2020). Nessas edições há artigos sobre os povos originários, que não serão analisadas nos limites deste artigo.

5 Nascido em 1908, na cidade de Porto Alegre, o intelectual participou da fundação de diversas instituições de ensino, como, por exemplo, as duas primeiras Faculdades de Filosofia do Rio Grande do Sul. Antes de ser diretor, já se destacava no meio historiográfico ao exercer funções no Museu Júlio de Castilhos (NEDEL, 1999).

vestiu na cultura, criou a Divisão de Cultura, fundou outros museus históricos e abriu espaço para a atuação do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN) no Estado (NEDEL, 1999). Desta maneira, se constituía um cenário de enaltecimento do que se compreendia como cultura gaúcha⁶ e o Museu Júlio de Castilhos passou a ser um dos locais no qual o povo gaúcho era apresentado e estudado.

Dante de Laytano acreditava que a população gaúcha era formada pela contribuição de diferentes grupos culturais. Assim, para compreender essa composição cultural o diretor pesquisava as tradições, os costumes e a linguagem popular dessas distintas comunidades do Rio Grande do Sul através da literatura folclórica, que incluía leituras de clássicos da literatura gaúcha como Alcides Maya, João Lopes Neto e Darci Azambuja. Além disso, era importante investigar a origem do povo rio-grandense, a partir de temas considerados “tabus” pela historiografia gaúcha, tais como “as missões jesuíticas e as contribuições indígena e negra na configuração étnica do estado” (NEDEL, 1999, p. 144).

Durante a gestão de Dante de Laytano, os povos indígenas foram investigados, principalmente, a partir dos estudos folclóricos. Nesse sentido, é importante destacar o conceito de folclore na década de 1950. Assim, conforme *A Carta do Folclore Brasileiro*, publicada em 1951, nos Anais do I Congresso Brasileiro de Folclore, folclore se constituía como:

[...] as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservado pela tradição popular e pela imitação e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos

⁶ Construída historicamente, essa palavra já teve outros significados, inclusive, pejorativos, por exemplo, no século XVIII era utilizada como sinônimo de ladrão. O “ser gaúcho” só foi se tornar culturalmente positivo, a partir da literatura rio-grandense do Século XIX, quando romancistas empregaram o termo para descrever o herói pampeano do sul brasileiro (NEDEL, 1999).

e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica (CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE, 1951, p. 1).

É nesta perspectiva que estes grupos étnicos aparecem nas revistas do museu. Mesmo transgredindo do pensamento histórico-regionalista da época, ao reconhecer a colaboração dos povos indígenas e africanos na formação da identidade cultural riograndense, as narrativas e exposições produzidas na instituição davam ênfase ao papel luso-açoriano, à agência dos militares na conquista do território do Estado e à História dos Farrroupilhas, considerados heróis (NEDEL, 1999).

Essa exaltação à cultura e à história europeia reverberava as heranças colonialistas presentes nas práticas museológicas do Museu Julio de Castilhos, cujas epistemologias eram consideradas universais. Desse modo, é necessário compreender o contexto histórico da constituição dos saberes europeus nos museus brasileiros. Foi em decorrência do processo de Conquista da América e da Modernidade que as ciências praticadas pelos europeus se tornaram universais e hegemônicas. Ambos os processos constituíram um padrão de poder em nível global conceituado como colonialidade do poder, do saber e do ser (QUIJANO, 2005). De acordo com Aníbal Quijano (2005) a colonialidade do poder se estabeleceu através de dois eixos: a classificação por meio da hierarquização biológica de “raças humanas” e o controle das formas de trabalho a partir do capital. Nesta configuração, a modernidade afirmou-se como “um novo paradigma de vida cotidiana, de compreensão da história, da ciência, da religião, que surge no final do Século XV e com a conquista do Atlântico” (DUSSEL, 2005, p. 29). Este novo paradigma tornou a “Europa Moderna” centro da História Mundial, enquanto as demais culturas se tornaram periferia.

Mesmo após as independências das colônias, o mundo continuou sendo pensado e estruturado a partir dos paradigmas da modernidade europeia. Foi nessa conjuntura que as primeiras instituições museais brasileiras foram fundadas⁷. Assim, o Museu Júlio de Castilhos, criado nos primórdios do Século XX, também seguiu a forma de produzir conhecimento das nações modernas europeias e ocidentais. Embora tenha passado por muitas transformações ao longo de seu funcionamento, o museu, durante muitas décadas, produziu representações colonializadas sobre as nações indígenas (MELO, 2019), a partir das epistemologias científicas vigentes, tais como o positivismo, o darwinismo social e o evolucionismo (SCHWARCZ, 1993).

Estas representações constituíram-se a partir da colonialidade do saber, que legitimou um imaginário afirmado pelas diferenças extremamente assimétricas entre os europeus, compreendidos como superiores, e as nações indígenas, vistas como inferiores (QUINTERO, 2010). Nesse sentido, mesmo em um contexto histórico adverso dos primórdios do museu, ao se considerar os povos indígenas como formadores da identidade gaúcha a partir dos estudos folclóricos da década de 1950, a instituição continuou a reproduzir narrativas marcadas pelo discurso colonial, ao enaltecer a história dos brancos lusitanos do Estado e ao considerar as culturas, os saberes e os modos de viver das nações indígenas como “selvagens” ou “primitivos”.

Em virtude disso, é significativo o estudo de como espaços museais constituídos historicamente por epistemologias colonialistas estão, no presente, pensando sua museografia enquanto prática descolonizadora. Assim,

7 Os primeiros museus fundados no Brasil, o Museu Nacional (1818), o Museu Emílio Goeldi (1866), o Museu Paranaense (1876) e o Museu Paulista (1890) se caracterizavam como museus enciclopédicos voltados para a coleta, a classificação e a pesquisa no âmbito dos saberes englobados pela História Natural.

propomos a reflexão em duas partes. Na primeira, analisa-se alguns excertos retirados de textos presentes nos periódicos a partir dos conceitos de representações e imaginário (PESAVENTO, 1995), contextualizando-os com a colonialidade do poder, do ser e do saber. Em um segundo momento, examina-se os sentidos atribuídos às revistas na mostra Memória e Resistência e discorre-se como a exposição foi concebida, seus objetivos e como ela reflete essa transição do museu, de um espaço colonializado para um local que se propõe crítico ao seu passado e disposto a descolonizar-se. Com isso, espera-se que este texto contribua para a discussão do protagonismo indígena nas instituições museais e sua potência descolonizadora.

Os povos originários na Revista do Museu

Dos 96 textos publicados na *Revista do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, 11 tratavam sobre as nações originárias, cujas temáticas se dividiam em: dicionários guarani-português (cinco), arqueologia (um texto) e povos Kaingang e Mbya-Guarani (cinco artigos). Embora apresentem algumas particularidades, estas publicações seguiam relativamente a mesma estrutura textual: informações estatísticas⁸, linguísticas, históricas, sociais e culturais sobre os povos Kaingang e Mbya-Guarani. Além dessas características, ressalta-se que todas essas publicações com a temática indígena foram escritas por Dante de Laytano.

O primeiro texto que destacamos foi publicado no volume 5, no ano de 1955, e intitula-se *Populações Indígenas – Estudos Históricos de suas condições atuais no Rio*

8 Estas informações eram retiradas do Serviço de Proteção aos Índios. Órgão vinculado ao Governo Federal, instalado em diferentes cidades do estado do Rio Grande do Sul, que tinham como objetivo fazer a tutela dos povos, a partir de postos instalados nos territórios indígenas (LAYTANO, 1955).

Grande do Sul – I Parte. Nele há estatísticas da situação em que viviam os Kaingang no Rio Grande do Sul, em 1950, descrições da história, da linguagem, das características fisiológicas e morais desses povos e compilações de alguns artigos. A respeito das informações históricas sublinhamos o item “História”, no qual Dante de Laytano transcreve parte de um livro do padre Carlos Teschauer⁹. Apesar de não ter informado qual foi a obra transcrita do padre jesuíta, evidenciamos que a citação utilizada pelo diretor foi retirada do texto *Os Kaingang ou Coroados do Rio Grande do Sul*, publicado em 1927, no Boletim do Museu Nacional, vol. III, n. 3, pp. 37-56¹⁰. Na publicação original, o autor explica que as informações foram fruto de observações realizadas em meados de 1900 (TESCHAUER, 1927). Assim, conforme Laytano (1955, p. 188) “transcrevemos literalmente a obra do padre jesuíta, palavra por palavra, nas passagens referentes ao passado dos Kaingang”. Abaixo tem-se uma citação do padre a respeito das características fenóticas destes povos:

[...] de estatura mais mediana quase esbeltos, o corpo e os membros bem proporcionados. O rosto é antes oval do que largo, os olhos pretos brilhantes movem-se inquietos. A cor da pele mais ou menos escura, segundo a região, campo ou mato, onde vivem e tem pouco da cor de cobre (LAYTANO, 1955, p. 192).

Estes, caracterizadas de acordo com sua fisionomia e também a partir de aspectos morais. Evidencia-se no excerto que os traços fisiológicos são atribuídos aos Kaingang de forma homogênea, como se todos os indivíduos deste povo fossem iguais, tirando-lhes suas singularidades. Esta forma de

9 O padre foi um teuto-brasileiro dedicado aos estudos etnológicos do Rio Grande do Sul.

10 Este texto está disponibilizado digitalmente na Biblioteca Digital Curt Nimuendaju: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aateschauer-1927-caingang/Teschauer_1927_OsCaingang.pdf.

análise era comum entre o final do Século XIX e primeiras décadas do Século XX, época em que o texto do padre foi escrito, e provavelmente, influenciado pelas teorias racialistas, as quais pautavam os debates científicos. Naquele período, as diferentes “raças humanas”, mesmo que estas teorias não estivessem tão presentes na década de 1950, suas metodologias, como a descrição física de grupos étnicos ainda pautavam alguns debates, principalmente nos estudos antropológicos, etnológicos e folclóricos, como podemos observar no periódico. Assim, importa salientar que ao transcrever o artigo do padre jesuíta Dante de Laytano não faz observações refutando a escrita de Teschauer, pelo contrário, afirma-o como autoridade no assunto, embora seus estudos tenham sido publicados na segunda década do Século XX.

O segundo artigo analisado denomina-se *Populações Indígenas – Estudo Histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul – Kaingang*, foi publicado na revista de número 6, datada de 1956, e possui uma estrutura textual semelhante ao anterior. No decorrer do texto, Dante de Laytano procura enaltecer o trabalho do Serviço de Proteção aos Índios ao considerá-lo um órgão de vital importância, por proporcionar aos Kaingang uma educação civilizatória. Para o Diretor, somente assim estes povos poderiam deixar de ser “selvagens” para se tornar “modernos”, como observa-se no trecho a seguir:

a) Consumo: Os ‘antigos’ só conheciam a caça, a pesca e a coleta de produtos vegetais espontâneos, principalmente pinhões. Sob a influência do ambiente e da educação proporcionada pelo Posto, hoje plantam milho, feijão, batata doce e criam galinhas. [...] b) Propriedade: O Posto com a administração do Serviço de Proteção aos Índios – aproveitou-se com excelente resultado, desse sentimento do direito de propriedade para estimular o trabalho de competição entre eles e este ano 3 índios compraram vaca de leite com o produto de suas colheitas (LAYTANO, 1956, p. 201).

Nota-se que o autor valoriza a atuação do Serviço de Proteção aos Índios ao afirmar a importância da educação para o trabalho recebida pelos indígenas nos Postos. Nesse sentido, é válido ressaltar que uma das funções desse órgão governamental era propiciar a integração dos povos indígenas aos modos de viver do Estado brasileiro, mesmo que para isso, fossem utilizados métodos que violentassem e oprimissem as nações indígenas. Desta maneira, a citação acima evidencia a visão colonialista do diretor do museu, pois, para ele a sociedade capitalista-moderna do Rio Grande do Sul era o modelo de civilização a ser alcançado pelos povos Kaingang e esta tarefa era bem executada pelo Serviço de Proteção aos Índios.

No decorrer do texto, os Kaingang são descritos da seguinte maneira: pouco falantes, contidos, desconfiados, descontentes, preguiçosos e pacíficos. Para o autor estas características morais estariam presentes tanto nos Kaingang considerados “selvagens”, quanto nos “modernos”. Ainda, o que mais se repete neste artigo é a dicotomia “selvagem/civilizado”. Por exemplo, ao dissertar sobre a vestimenta dos Kaingang, Laytano expõe que “os Kaingang selvagens andam nus, com exceção de um cinto” (LAYTANO, 1956, p. 209). Nesta frase podemos perceber que para ele o ato de andar nu era visto como um hábito “selvagem”, diferente de andar vestido, que era compreendido como uma prática de pessoas “civilizadas”. Vejamos mais um exemplo dessa dicotomia:

d) Paganismo: Atrasado, alguns milhares de anos de nossa civilização o índio serviu em frente a um sistema monoteico de religião e teve de saltar da astrolatria por cima de todas as fases que passou o homem para poder nos alcançar impelido pelas premências de uma evolução forçada. Ora, uma mente, ainda nos folguedos da primeira concepção humana, sem ter podido cuidar das bases fundamentais do seu organismo, teria mes-

mo de cair na anarquia ou no caminho do extermínio, como aconteceu com todas as tribos que tentaram permanecer no litoral, ao lado da nossa civilização (LAYTANO, 1956, p. 218).

Constata-se que a religiosidade dos Kaingang era considerada “paganismo” e compreendida como um aspecto cultural “primitivo”. Para o autor os praticantes desse “paganismo” eram seres “primitivos” fadados à anarquia ou ao desaparecimento. Nesse sentido, Pablo Quintero (2010) expõe que as teorias racialistas do Século XIX, tais como o darwinismo social, ratificaram a classificação hierárquica da sociedade não só por seus traços fenotípicos, mas também por suas singularidades culturais. Dessa maneira, a modernidade europeia era assimilada como o apogeu da humanidade, um lugar a ser alcançado pelos demais povos, vistos como inferiores. Esta forma de pensar era concebida por naturalistas, antropólogos, arqueólogos, etnólogos, historiadores, entre outros profissionais, estes *homens de ciências*¹¹ (SCHWARTZ, 1993, p. 37) eram frequentadores, funcionários e até mesmo diretores de instituições museais. Este pensamento parece estar também presente na década de 1950, na Revista do Museu Julio de Castilhos.

O terceiro artigo investigado foi publicado na revista de número 7, de 1957, e nomeia-se *Populações Indígenas – Estudo Histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul – II Parte: a) Informações Antigas (Século XIX)*. Nele realçamos o subtítulo “Etnografia”, em que o autor discorre sobre a ocupação e as características dos povos indígenas do Estado. Para Laytano, os indígenas que entravam em contato pacificamente com os homens brancos

¹¹ Sobre os *homens de ciência*, Schwarcz (1993, p. 37) explica que “certa identidade os unia: a representação comum de que os espaços científicos dos quais participavam lhes davam legitimidade para discutir e apontar os impasses e perspectivas que se apresentavam para o país”.

eram compreendidos como “amansados”; os que resistiam a esse contato eram conceituados como “selvagens”, como podemos observar nas suas palavras:

As nossas colônias agrícolas situadas ao norte desta capital [...] são frequentemente atacadas por selvagens que deixam sempre o sangue por vestígio de seus passos por esses centros de trabalho e civilização. Neste mesmo mês em que escrevemos este trabalho, uma família de colonos foi vítima desses selvagens, sendo arrebatadas por eles para a Serra, depois de haverem saqueado e dado a morte de algumas de suas vítimas (LAYTANO, 1957a, p. 15)

Observa-se que os povos originários descritos como “selvagens” eram aqueles que apresentavam características violentas perante o contato com a “civilização”. No trecho não há uma perspectiva dos indígenas que teriam atacado essas colônias ou indagação sobre suas motivações ao atacarem esses locais. Há somente a interpretação de quem, supostamente, foi atacado, os colonos que trabalhavam nos “centros de trabalho e civilização” os quais são descritos como vítimas. Sobre a maneira de viver dos Kaingang, Dante de Laytano expressa:

[...] não há força que os levem à vida do trabalho e da civilização. Tivemos ocasião de examinar em nossa passagem pelos campos e aldeamento de Nonoai, o estado, tendências e disposições dessa mísera população que prefere a fome, a nudez, e a miséria há uma hora de trabalho (LAYTANO, 1957a, p. 154).

Podemos perceber que os hábitos cotidianos dos povos indígenas são descritos como não adequados; o fato de não concordarem em realizar determinados trabalhos não especificados no texto, impedia-os de se tornarem “civilizados”, na visão do Diretor. Esta concepção de integração dos povos indígenas ao trabalho na pers-

pectiva da modernidade europeia aparece nas revistas do museu inúmeras vezes. Ainda no mesmo artigo, o autor expõe o seguinte:

Contabilidade: Reservamos para o último lugar este assunto que prova, à saciedade, a pobreza mental dessa gente, sendo bem culpados os que tendo competência para isso, nunca trataram com o devido interesse sua catequização. Os bugres de Nonohay só sabem contar até o número seis e daí por diante empregam a partícula em como para dizer que basta [...] Pelo pouco, que conseguimos saber da vida e linguagem desses índios mansos e em contato com a população civilizada do distrito de Nonohay, vê-se quão necessário é, ao Governo do Estado, a quem não faltam meios, lançar suas paternais vistas sobre esses aborígenes e, com poucas medidas, tirá-los desse deplorável embrutecimento e traze-los para a vida social (LAYTANO, 1957a, p. 202).

No excerto evidencia-se que Dante de Laytano, ao afirmar que os indígenas possuem uma “pobreza mental”, reproduz a visão racialista dos intelectuais da modernidade europeia. Nessa perspectiva os saberes indígenas eram marginalizados e sua forma de pensar era considerada pobre. Também, conforme o autor, para civilizar esses “índios mansos” era necessária ação do Governo do Estado. Nesse contexto, se reitera no artigo a concepção de progresso e evolução a ser alcançada pelos povos originários a partir do que aprenderiam com os homens brancos.

Na quarta publicação que investigamos, chamada *Populações Indígenas. Estudo Histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul. II Parte – B) Informações Recentes (Século XX)*, datada de 1957, presente no periódico de número 8, destacamos a transcrição realizada por Dante de Laytano, da obra *Assuntos do Rio Grande do Sul* publicada em 1912, por João Cezimbra Jacques¹². No sub-

12 Nascido em 1848, na cidade de Santa Maria, foi um militar, escritor e um dos precursores do Movimento Tradicionalista Gaúcha.

título *Notas sobre Selvícolas: Kaingangs ou coroados* os Kaingang são representados como “selvagens cruéis”, mas quando catequizados são tidos como “humildes, bondosos e revelam mesmo aptidão para o trabalho e inteligência capaz de assimilar o que se lhes ensinar” (LAYTANO, 1957b, p. 63). Nesse sentido, observa-se que os adjetivos atribuídos aos Kaingang mudam de acordo com sua integração ou não, aos modos de viver ocidentais.

No mesmo texto, os Kaingangs são descritos como “selvagens” por terem uma língua rude, pobre e de difícil compreensão. Constatou-se que a dificuldade em se compreender a língua desses povos era usada como um argumento para classificá-los como “selvagens”. Mesmo que essas caracterizações a respeito dos Kaingang não tenham sido escritas por Dante de Laytano, ao transcrever o texto de João Cezimbra Jacques, o Diretor corrobora com a reprodução da representação destes povos como “selvagens”.

O último artigo examinado, intitula-se *O índio Guarani, traduzido com autorização do autor, e notas por Dante de Laytano*, trata-se de uma tradução publicada na revista de número 9, em 1958, e versa sobre os povos Mbya-Guarani. O título original chama-se *The Guarani*¹³, de autoria do antropólogo de origem suíça Alfred Métraux e foi publicado na obra *Handbook of South American Indians*¹⁴ no ano de 1948. Nele as cerâmicas confeccionadas pelos Mbya-Guarani são descritas como “toscas” em comparação com outras peças de outros povos indígenas. Ainda, no texto traduzido, afirma-se que os povos Mbya-Guarani por não terem determinação foram vítimas da conquista e violência dos portugueses e espanhóis.

13 *O Guarani*.

14 Este texto está disponibilizado digitalmente na Biblioteca Digital Curt Nimuendaju: <http://www.etnolingustica.org/hsai:vol3p69-94>.

Ao final da tradução, Dante de Laytano escreve algumas notas. Sobre a quantidade populacional dos indígenas, o autor afirma que teriam 194 Mbya-Guarani vivendo no Estado, localizados “entre os Kaingang [...] nos postos de Nonoai e Guarita” (LAYTANO, 1958, p. 65). A respeito da procedência destes povos, o diretor expõe que eles teriam chegado do Paraguai. Acerca da cultura, os Mbya-Guarani foram descritos da seguinte forma: eram agricultores, sua alimentação baseada no milho, praticavam a tecelagem, fabricavam cachimbos de barro e cestos grandes, o vestuário era pobre, “o tipo racial pigmoide mais alto que os Kaingang” (LAYTANO, 1958, p. 71) e eram cristianizados. Na conclusão afirma-se:

Não há nesses guaranis do Rio Grande do Sul senão uma forma atual de vida como herança social e continuidade histórica dos índios paraguaios de hoje ou argentinos. O guarani, de que se tratou nestas poucas palavras, em absoluto brasileiro, não pertence à estrutura etnográfica do país e eles representam um elemento adventício muito recente. As exceções são raras (LAYTANO, 1958, p. 78).

Dante de Laytano concluiu que os povos Mbya-Guarani não pertenciam à estrutura etnográfica do Brasil por reproduzirem heranças sociais e continuidades históricas dos Mbya-Guarani paraguaios e argentinos. Deste modo, o diretor compreendia que estas nações que estavam no Rio Grande do Sul não eram povos brasileiros e sim, paraguaios ou argentinos, visto que tinham hábitos culturais advindos destes países.

Ainda que tenham suas singularidades, os artigos aqui apresentados seguiram discursividades muito parecidas. A atenção dada aos povos Kaingang e Mbya-Guarani dava-se pela perspectiva regionalista que Dante de Laytano procurava mostrar em seus trabalhos na Instituição. Assim, apesar de haver uma descrição heterogênea das

nações indígenas – textos separados sobre os Kaingang e sobre os Mbya-Guarani – e da tentativa do diretor de estudar os povos originários como grupos que contribuíam para a formação da cultura gaúcha através dos estudos folclóricos, essa breve análise nos mostra que estes povos eram considerados inferiores, “selvagens” e/ou “primitivos”. Por isso, a eles cabia a integração com os modos de viver ocidentais ou estariam fadados ao desaparecimento. Tinham que ser tutelados pelo Estado através do Serviço de Proteção aos Índios, este que inúmeras vezes foi citado nos artigos. Além disso, ao utilizar diferentes textos escritos nas primeiras décadas do Século XX, Dante de Laytano corroborava com a visão colonialista destes escritos influenciados pela perspectiva racista de hierarquização das “raças biológicas” criada pela modernidade europeia.

As representações produzidas no museu a partir de seus periódicos alimentaram em conjunto com outras formas de expressões simbólicas, tais como imagens, objetos, discursos midiáticos, políticos, entre outros, imaginários na sociedade a respeito das nações indígenas. Elas são fabricadas a partir de relações de poder e, embora sejam historicamente construídas, em geral são compreendidas como naturais pelo inconsciente coletivo (CHARTIER, 1990).

A exposição Memória e Resistência e as revistas do Museu Júlio de Castilhos

Na mostra Memória e Resistência, apresentada ao público em agosto de 2019, foram expostos excertos retirados das revistas, os quais demonstram, como analisado anteriormente, as formas pelas quais os indígenas eram descritos, tais como, “selvagens” e “primitivos”. Além desses trechos, a exposição exhibe o periódico de

número 6, aberto no artigo *Populações indígenas: Estudo histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul – Kaingang*. Abaixo podemos observar uma das citações colocadas em exposição:

A maior parte da matéria reunida para este livro, a gramática, segundo consta de vocábulos por mim coligidos de viva voz dos índios mansos, o contato, porém, que com eles, podia ter não era tão frequente quanto necessário para realizar obra conjunta. Os índios são mestres que têm muitas qualidades negativas para ensinar. Os meus mestres Kaingang eram de desenvolvimento intelectual apoucado, escasso o seu conhecimento de português, de forma que frequentemente ou não me entendiam ou tomavam uma coisa por outra [...] (LAYTANO, 1955, p. 158).

No excerto acima constata-se que os Kaingang são descritos como “mansos” e pouco inteligentes pelo fato de não compreenderem o português. Esta forma de descrevê-los reflete o pensamento racista que, como já visto, resulta do processo histórico que constituiu as amarras da colonialidade do poder, do saber e do ser. Conforme a Museóloga e Diretora do Museu Julio de Castilhos, Dóris Couto (COMUNICAÇÃO, 2020), a intenção em apresentar estes periódicos foi mostrar, criticamente, a forma pela qual a Instituição tratou das questões indígenas em sua história.

Nesse contexto, é pertinente ressaltar a importância da análise crítica sobre a produção de representações a respeito dos povos indígenas em espaços museais. O caso do Museu Julio de Castilhos é um exemplo desse aspecto. Como foi possível ver, o estudo das publicações evidenciou como os povos originários eram descritos de maneira inferiorizada, representados como “selvagens” ou “primitivos”. Essa interpretação não é exclusiva das revistas ou da atuação do museu. Ela ocorre a partir de um processo his-

tórico violento que marginalizou os saberes e as culturas dos povos que não compactuaram com os modos de viver da modernidade europeia.

Assim, a exibição dos artigos publicados nos periódicos da Instituição visa retratar um passado constituído pela produção de representações colonializadas sobre os povos indígenas. Dessa maneira, ao olhar seu passado, sem negá-lo, e compreender que ele foi construído a partir de um contexto colonialista, o Museu Júlio de Castilhos pode atuar para descolonizar seus processos museológicos.

Nesse sentido, a Instituição vivencia o que Marília Xavier Cury (2017) aponta como museu em transição, ou seja, que procura reconstruir sua museografia a partir da compreensão crítica da sua colonialidade para se desprender dela através de projetos interculturais com diferentes povos indígenas. Esse processo é reflexo dos inúmeros debates realizados pela Museologia, que desde a década de 1960 vem repensando sua práxis. Também decorre do movimento indígena brasileiro, que, sobretudo, desde a institucionalização da Constituição de 1988 luta para assegurar o direito de terem suas culturas e seus modos de viver reconhecidos, preservados e apresentados de acordo com suas decisões e escolhas.

É possível evidenciar este momento de transição quando analisamos como a exposição Memória e Resistência foi elaborada. De acordo a Diretora do Museu Julio de Castilhos (COMUNICAÇÃO, 2020), a ideia dessa mostra se manifestou a partir de dois momentos. O primeiro, quando ela chegou à Instituição, no início de 2019, e ouviu da Diretora anterior e dos funcionários que a Sala Indígena representava as nações originários no passado, carregava um olhar colonizado sobre a história destes povos. O segundo momento surgiu de uma atividade ocorrida em abril de 2019, organizada pelos servidores do Museu, inti-

itulada *Encontro de Duas Etnias: Falas das Culturas Africanas e Indígena com Mestre Cica Oyó, Iracema Padilha e João Padilha*. A conversa entre o mestre griô Cica Oyó, a kujá (xamã), Iracema Gãh Té Nascimento, o Cacique João Padilha e os presentes no evento instigaram a Equipe do Museu a repensarem a organização da Sala Indígena.

Perante a necessidade de mudanças a serem feitas na Sala Indígena, foi criada a exposição Memória e Resistência. O projeto começou a se estruturar no decorrer de reuniões entre lideranças indígenas do Rio Grande do Sul, tais como, o Cacique Jaime Vheré Guyrá, da terra indígena Tekoa Jatay, localizada na cidade de Viamão (RS), a kujá Iracema Gãh Té Nascimento e o Cacique João Padilha, ambos da Comunidade Kaingang do Morro Santana, localizada em Porto Alegre (RS), alunas do Curso de Museologia da UFRGS e técnicos do Museu. Esse processo que reuniu lideranças Mbya-Guarani e Kaingang, estudantes de Museologia e equipe da instituição criou uma zona de contato (CLIFFORD, 2016), na qual foram estabelecidas trocas horizontais entre esses sujeitos e que resultou na concepção e montagem de uma mostra, cujo objetivo maior era propor uma crítica ao modo colonialista de expor objetos indígenas.

O nome da exposição foi sugerido pela kujá Iracema Gãh Té Nascimento (COMUNICAÇÃO, 2020). Desse modo, Memória e Resistência, reflete a importância das memórias indígenas no movimento histórico de resistência que nações originárias travam desde que seus territórios foram invadidos pelos europeus e seus descendentes. O conceito da mostra se pautou no protagonismo indígena a partir do exercício de descolonização do olhar sobre a riqueza material e imaterial dos povos originários (COMUNICAÇÃO, 2020). Assim, conforme o painel que compõe a exposição:

Memória e Resistência é uma exposição que irá se reformular constantemente, com a participação dos povos originários, apresentando ao visitante a riqueza cultural que compõe esse universo, tendo como fio condutor principal o acervo do Museu num convite à descolonização do olhar e ao reconhecimento do modo de vida e de produção de sentidos destes povos (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 2019).

Sendo a exposição “o espaço de encontro dos horizontes da instituição e do visitante” (CURY, 2005, p. 41), observa-se a pretensão do museu em mostrar para o visitante uma perspectiva descolonizada acerca dos povos originários. Com este objetivo, Memória e Resistência foi inaugurada no dia 16 de agosto de 2019. Nela foram apresentados diversos objetos da coleção etnológica do acervo da instituição, tais como içaçabas, cerâmicas Mbya-Guarani e colares de origem Charrua, e uma exposição fotográfica intitulada *Revelações do Nhanderu: Mbya Mbaraete*, de autoria de Paola Mallmann e Eugênio Barboza. Estas fotografias foram produzidas a partir da vivência dos autores nas terras indígenas Mbya-Guarani Tekoa Pindoó Mirim, Tekoa Nhundy e Tekoa Jatai ty, todas situadas na região metropolitana de Porto Alegre. Como o propósito do projeto é de se reformular constantemente, passados seis meses, este conjunto fotográfico foi substituído por fotografias da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) confeccionadas por meio do Programa de Apoio às Comunidades Mbya-Guarani da BR116/RS e foram inseridas cestarias fabricadas pelos Mbya-Guarani.

Em consonância com a mostra e em parceria com a FAPEU, o museu realizou o evento intitulado *Roda de Conversa mais Exibição do filme Nhemonguetá*. Durante a ocasião ocorreram as seguintes atividades: roda de conversa entre representantes da terra indígena Mbya-Guara-

ni Ka'aguy Porã, localizada na cidade da Barra do Ribeiro (RS), Cacique Maurício da Silva Gonçalves, Gerson Gomes Werhá e Marciana Gomes Leopoldino, ambos integrantes do Coletivo audiovisual de jovens Mbyá-Guarani, *Comunicação Kuery* e estudantes do Colégio de Aplicação da UFRGS, exibição do filme *Nhemonguetá: os Conselhos Entoados pelas Crianças Mbya Guarani*¹⁵ e plantio simbólico do Avaxi Etei'i, o milho Guarani.

Se a exposição se torna “a grande chance dos museus de se apresentarem para a sociedade e afirmarem a sua missão institucional” (CURY, 2005, p. 35), a análise de Memória e Resistência pode contribuir para o entendimento de como o Museu Júlio de Castilhos se coloca frente às questões indígenas. As atividades aqui analisadas indicam que essa instituição está repensando sua museografia a partir de um olhar crítico sobre sua história, contextualizada pela produção de representações colonializadas, e buscando descolonizar-se através do diálogo com os povos originários.

Considerações finais

Em síntese, as revistas que, no passado, eram uma ferramenta de divulgação científica, atualmente estão presentes no Museu Julio de Castilhos como documentos históricos, sendo apresentadas na exposição Memória e Resistência. Nessa lógica, os sentidos atribuídos a esses periódicos e aos seus conteúdos não são os mesmos da década de 1950. Inseridas na mostra, documentam um passado constituído a partir de perspectivas colonialistas. Aproximam o passado ao presente através do

¹⁵ O filme retrata os grupos de cantos-danças Mbya, histórias dos povos Mbya Guarani e seu modo de vida e pensamento. Para mais informações sobre a película acesse: <https://nhemonguetadoc.wixsite.com/nhemongueta>.

olhar crítico acerca do museu e sobre sua relação com os povos originários.

Ainda, essa experiência aponta que os povos Mbya-Guarani e Kaingang passaram de objetos de pesquisa de saberes colonializados a protagonistas do processo de construção de suas próprias representações, a partir de suas significativas participações na construção desse projeto. Dessa forma, espera-se que Memória e Resistência não seja apenas um ato isolado do museu, mas faça parte da construção diária de sua museografia.

Referências

CACHAFEIRO, M. S. **As Publicações do Museu Júlio de Castilhos e do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (1903-1960)**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

CHARTIER, R. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CLIFFORD, J. Museus como zonas de contato. **Periódico Permanente**, n. 6, pp. 1-37, 2016.

COMUNICAÇÃO, Museu da. **Live – Educação para o Patrimônio: Possibilidades para a construção de narrativas abrangentes, memórias e identidades**. 2020. (1h47m52s). Disponível em: <https://www.youtube.com/live/jBEXBVbAeKQ?si=Skc7HaOaAwcpO5dm>.

CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE. **Anais do 1 Congresso Brasileiro de Folclore, Rio de Janeiro, de 22 a 31 de agosto de 1951**, v. 1 e 3, Rio de Janeiro: IBECC, 1952-1955.

CONVENÇÃO Nº169 sobre os povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT/ Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

CURY, M. X. Lições indígenas para a descolonização dos museus: processos comunicacionais em discussão. **Cadernos CI-MEAC**, v. 7. n. 1, 2017.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). **Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Pp. 24-32.

CURY, M. X. **Exposição, concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.

LAYTANO, D. Populações Indígenas – Estudos Históricos de suas condições atuais no Rio Grande do Sul I Parte. **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, n. 5, pp. 149-209, 1955.

LAYTANO, D. Populações Indígenas – Estudo Histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul – Kaingang. **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, n. 6, pp. 201-246, 1956.

LAYTANO, D. Populações Indígenas – Estudo Histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul – II Parte: a) Informações Antigas (Século XIX). **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, n. 7, pp. 151-203, 1957a.

LAYTANO, D. Estudo Histórico de suas condições atuais no Rio Grande do Sul. II Parte – B) Informações Recentes (Século XX). **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, n. 8, pp. 49-132, 1957b.

LAYTANO, D. O Índio Guarani. **Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, n. 9, pp. 36-78, 1958.

PESAVENTO, S. J. Em busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 29, pp. 9-27, 1995.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Pp. 107-130.

QUINTERO, P. Notas sobre la teoría de la colonialidad del poder y la estructuración de la sociedad en américa latina. **Centro de Estudios Interdisciplinarios en Etnolingüística y Antropología Socio-Cultural, Pepeles de Trabajo Nº 19**. 2010. Pp. 1-15.

MELO, R. M. **Objetos de coleção, pesquisa e educação: representações sobre os povos indígenas no Museu Júlio de Castilhos (1901-1958)**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Memória e Resistência**. [2019]. 1 Painel.

NEDEL, L. B. **Paisagens da Província: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos cinquenta**. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, A. C. F.; POSSAMAI, Z. R. Publicações reclamadas: Eduardo Duarte e a primeira revista do Museu Júlio de Castilhos (Rio Grande do Sul, 1927-1930). **Museologia e Patrimônio**, v. 13, n. 2, pp. 69-94, 2020.

TESCHAUER, C. Os Kaingang ou Coroados no Rio Grande do Sul. **Boletim do Museu Nacional**, v. 3, n. 3, pp. 37-56, 1927.